

METODOLOGIAS ATIVAS

Rita Borges e Luciana Consentino
Orgs.

saberes e reflexões

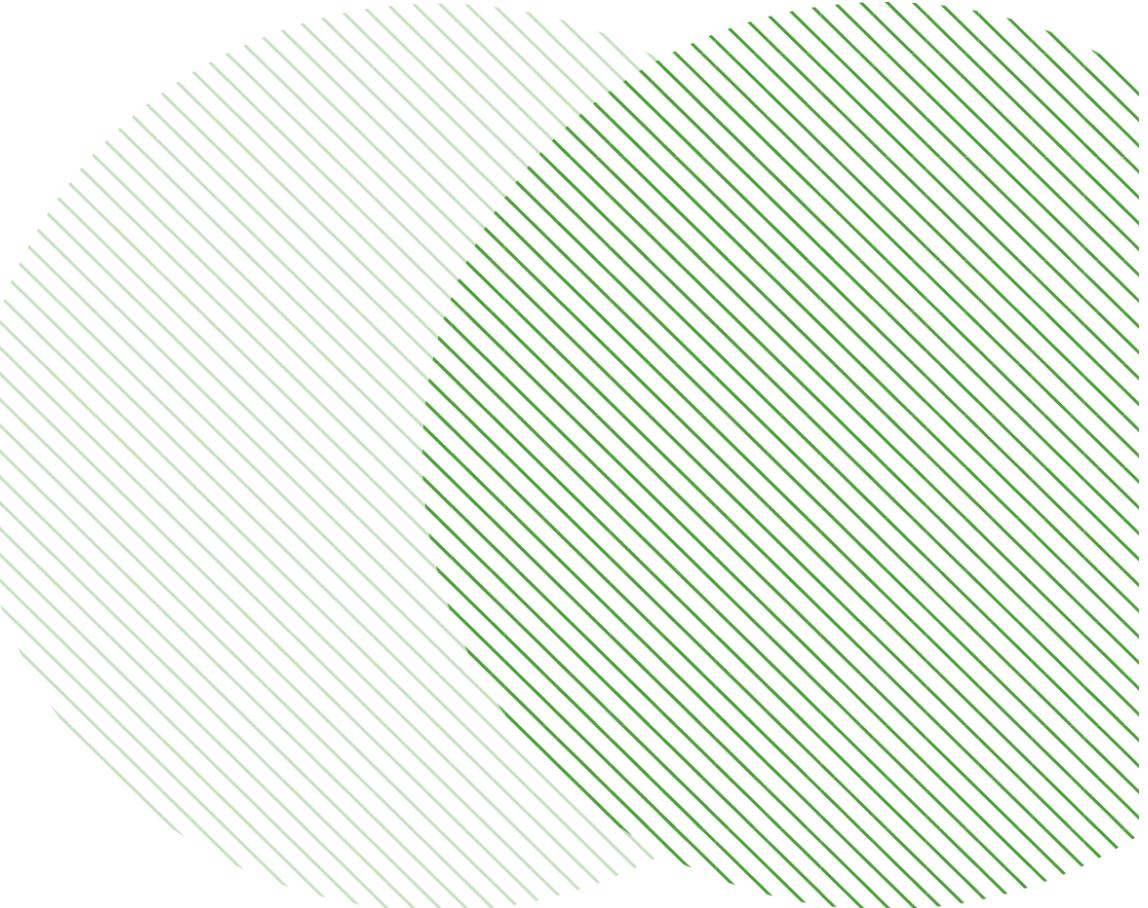


Metodologias Ativas

saberes e reflexões

Rita Borges e Luciana Consentino
(Orgs.)





**Integração de saberes: O desafio da interdisciplinaridade
nos estudos pós-graduados para as Ciências Sociais**

Rodrigo Medina Zagni e Claudia Moraes de Souza



10.47247/RB/88471.59.3.15

A área interdisciplinar

De acordo com o Documento de área de 2016, elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, desde a sua criação, no ano de 1999, a Área Interdisciplinar era aquela que vinha apresentando maior taxa de crescimento na CAPES, registrando-se a maior diversidade e o maior número de cursos reconhecidos dentre todas as áreas.¹ Apesar do decréscimo abrupto registrado no triênio 2016-2018, o Documento de área de 2019 afirma um crescimento acelerado havido desde a sua criação, com o aporte de novas propostas de criação de novos programas nesta modalidade.²

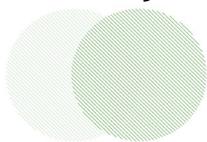
Não se trata de um fenômeno restrito à realidade brasileira; registra-se um crescimento exponencial, em diversos países, de grupos de pesquisa e de programas acadêmicos voltados à análise de problemas complexos e cuja constituição demanda cada vez mais esforços interdisciplinares para sua compreensão.

É preciso ainda destacar que, no Brasil, o crescimento da área tem contribuído significativamente para o ingresso de novas instituições de ensino superior à seara dos estudos pós-graduados, sobretudo após a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), iniciado em 2003 e que se estendeu até 2012 elevando o número de municípios atendidos pelas universidades de 114, em 2003, para 237 até o final de 2011, dando origem a 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi* que viabilizaram a ampliação da oferta de vagas e a criação de novos cursos de graduação e, consecutivamente, de pós-graduação³.

¹ Documento de Área: Interdisciplinar. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Avaliação, Ministério da Educação, Brasília, 2016, p. 2 e 12.

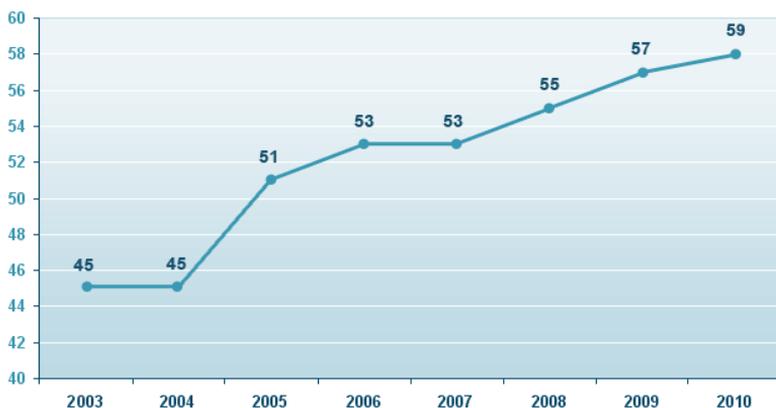
² Documento de Área: Interdisciplinar. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Avaliação, Ministério da Educação, Brasília, 2019, p. 3 e 22.

³ Portal do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); <http://reuni.mec.gov.br/expansao>; acessado aos 31 de outubro de 2017.



Pode-se dizer que a expansão da Área Interdisciplinar tem sido um dos fatores determinantes para a criação de novos programas de mestrado e doutorado, com isso, para a consolidação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), registrando até o ano de 2016 uma taxa de crescimento três vezes maior que a média da CAPES e servindo, desta feita, como um “elo de entrada” de um número significativo de jovens instituições e de novos docentes à pesquisa e ao ensino pós-graduado.

Universidades Federais

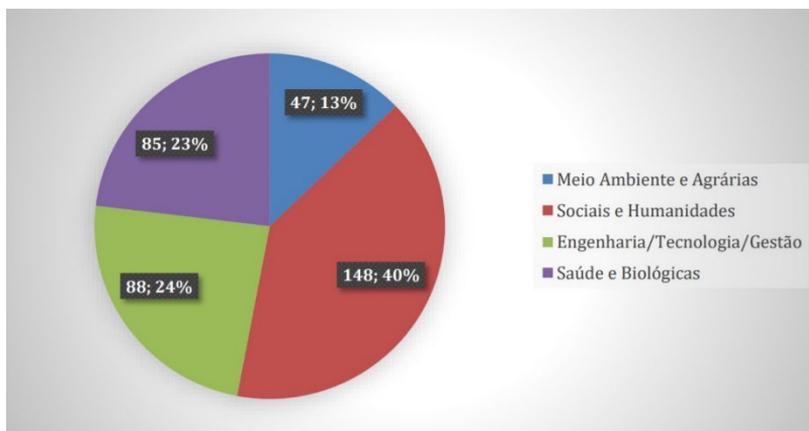


Fonte: <http://reuni.mec.gov.br/expansao>

Conforme os dados dispostos pela Plataforma Sucupira e alusivos ao ano de 2019, dos 368 programas de Pós-graduação da Área Interdisciplinar recomendados pela CAPES em funcionamento, 148 estão inscritos na Câmara Temática II – Sociais & Humanidades, representando 40% dos programas, divididos por câmaras temáticas.⁴ Ou seja, não apenas o ingresso à pós-graduação, para novas instituições e novos pesquisadores, se dá por meio da Área Interdisciplinar mas, nela, majoritariamente na senda dos problemas que inscrevem conteúdos de Ciências Sociais e Humanidades.

⁴ Documento de Área: Interdisciplinar. Op. Cit., p. 5.





Fonte: Documento de Área: Interdisciplinar. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Avaliação, Ministério da Educação, Brasília, 2019, p. 5.

Isso porque tem ocorrido, no contexto da intensificação dos processos de mundialização do capital, uma crescente complexização dos fenômenos sociais e que têm assumido caracteres diversos, para muito além dos limites disciplinares que as ciências, conforme sistematizadas, têm podido contemplar.

Com isso, problemas cada vez mais complexos e de naturezas diversas vêm desafiando repertórios teórico-conceituais e demonstrado não apenas os limites dos saberes disciplinares, mas a própria falência explicativa do conhecimento micro especializado.

As complexidades do mundo e o poder explicativo das ciências

Dado este quadro, são requeridos não apenas esforços de composição entre disciplinas afins em uma mesma área de conhecimento, mas de disciplinas em áreas diversas e cuja coerência se inscreve nos múltiplos entrecruzamentos onde identificam-se problemas de interesse comum e para os quais cada uma dessas disciplinas demonstra tão somente a capacidade de apreendê-los em parte, sendo necessárias abordagens compostas em que distintos ferramentais teóricos e metodológicos permitam a apreensão dessas complexidades e não meras simplificações, concebendo o todo pela parte, ou mesmo convicções que podemos acusar positivistas,



pensando-se possível apreender a complexidade em sua plena totalidade. Não que a adição de conteúdos de distintas disciplinas, ou mesmo a construção de novos referenciais para a análise, possam dar conta dessa totalidade, mas estes esforços têm ampliado significativamente o poder analítico e explicativo das ciências.

A intensificação das trocas comerciais no bojo da globalização econômico-financeira, dos trânsitos culturais na diáspora globalizada e dos elementos decorrentes da revolução informacional dos anos 1980 e 1990, sobretudo com o advento da rede mundial de computadores e a edificação dos “não-lugares” como novos locus de sociabilidade e espaços para a circulação do capital, tanto quanto a inserção das tecnologias da informação nos mundos fabril, mercantil e financeiro, interpondo-se entre máquina e homem, comerciante e consumidor, especulador e capital, impuseram às ciências o desafio da produção de novas teorias para a compreensão de uma realidade em intensa transformação, bem como às universidades a formação da capacidade crítica, tanto quanto de recursos humanos capazes de lidar, sob diferentes aspectos, com os elementos constitutivos dessas novas realidades e, nelas, de novas contradições.

Os desafios de saberes complexos, com isso, são múltiplos tanto para a reedificação dos repertórios disciplinares, até então acondicionados em áreas estanques de conhecimento, permitindo composições e mesmo a revisão de seus paradigmas, quanto para a recomposição de seus caracteres epistemológicos, elementos teóricos, conceituais, ferramentais metodológicos e subsequentes saberes técnicos, não apenas para “saber”, mas para “saber saber” e “saber agir” em um mundo em intensas transformações.

Trata-se da ampliação de fronteiras da própria racionalidade humana para muito além dos conteúdos disciplinares, não-disciplinares e de suas utensílagens metodológicas, restabelecendo conexões e religando saberes que a organização disciplinar do conhecimento e a micro especialização descompuseram entre elaborações teóricas e o mundo da prática, entre conhecimento científico e saberes tradicionais, entre filosofia e ciência, entre ciência e arte, e entre produção científica, o mundo da técnica e o mundo do trabalho, inseridos estes no mundo das vivências múltiplas onde são edificadas teias de sociabilidade e, nelas, redes de solidariedade, de resistência e o complexo das identidades sociais.



O despertar de novas cognições e racionalidades demanda o avanço por sobre as tradicionais fronteiras disciplinares não apenas para somar referenciais teóricos, conceituais e métodos; mas para a construção de novos paradigmas para a investigação científica, novas teorias, conceitos e metodologias.

Trata-se de uma proposição pedagógica assentada sobre as conquistas do pensamento filosófico e a renovação didático-pedagógica do século XXI, mais voltada à apropriação e construção do conhecimento social num contexto operativo, dinâmico, global e ao mesmo tempo humanístico, solidário e eivado de valores democráticos, reconhecendo-se a necessidade da consecução de esforços por uma democracia de “alta intensidade”, na contramão dos processos de recrudescimento dos autoritarismos políticos e a contrarreforma do Estado, na decomposição de direitos sociais que acompanha o agravamento da crise aguda do capital.

Mas ainda que se reconheça com clareza a necessidade de superarmos os limites disciplinares com o propósito de compreendermos os complexos e multifacetados problemas contemporâneos; não se pode dizer com a mesma clareza da existência de teorias ou metodologias interdisciplinares efetivamente consolidadas, o mesmo em relação ao próprio conceito de interdisciplinaridade: todos esforços ainda em processo de franca elaboração.

A CAPES define interdisciplinaridade como

... uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.

Nesta propositura, compartilhamos do entendimento quanto a necessidade de recomposição da integridade do conhecimento



social por meio de abordagens interdisciplinares, articulando disciplinas das Ciências Sociais e Humanidades com o propósito da construção de um tipo novo de conhecimento em que problemas da contemporaneidade sejam enfocados na inter-relação das áreas de saber, desde a articulação de seus métodos até o compartilhamento de conceitos e conteúdos operacionais, a valorização do trabalho em equipe multidisciplinar e a produção compartilhada de conhecimento.

Desta forma, compreendemos a interdisciplinaridade como um método, um conjunto de procedimentos implementados no processo de produção e reprodução do conhecimento. Esta perspectiva se impõe em razão de a abordagem interdisciplinar superar a unidirecional investigação disciplinar no estudo de sujeitos sociais em realidades cindidas por contradições cada vez mais ramificadas, demandando a interligação que realiza entre áreas, subáreas, disciplinas, referenciais teóricos, conceituais e ferramentais metodológicos.

Na abordagem disciplinar, o processo de investigação científica e seus resultados advêm da imersão isolada de conteúdos limitados pelas fronteiras de seus domínios (seja o de um determinado objeto, tema-problema, disciplina, subárea ou área). Já a abordagem interdisciplinar expressa a necessidade de integração e articulação de disciplinas e áreas, de forma transfronteiriça, visando a identificação e caminhos interconexos e de abordagens sistêmicas de objetos que, com isso, deixam de se constituir, como temas e problemas de pesquisa, pertencentes única e exclusivamente a determinados domínios.

Mas reconhecemos também a interdisciplinaridade como uma diretriz, condizente com uma nova cognição, uma concepção de ciência e um paradigma conceitual.

Edgar Morin (2002), um dos teóricos da interdisciplinaridade na contemporaneidade, afirma a complexidade da realidade concreta e a permanência de paradigmas conceituais condizentes com esta complexidade. No pensamento de Morin, a inseparabilidade e a inter-relação dos elementos geracionais dos fenômenos sociais, naturais ou políticos, demandam um pensamento do contexto e do complexo que requer uma orientação conceitual e epistêmica inter-áreas e interdisciplinas. Assim, interdisciplinaridade é, também, uma forma de pensar e de organizar o entendimento do mundo real, voltada à superação da fragmentação e ao caráter da especialização do



conhecimento, causados por uma epistemologia de cunho eminentemente positivista, herdada do século XIX.

As guerras da ciência

Grosso modo, pode-se dizer que os primeiros esforços para a superação destes paradigmas tenham sido concentrados no que convencionou-se chamar de as “guerras da ciência”, iniciadas nos Estados Unidos e que rapidamente ganharam o ambiente europeu, a partir da França. A sistematização dos enfrentamentos e choques de paradigmas que culminaram numa total subversão do pensamento e do fazer científicos no Ocidente tomou a forma, no ano de 1996, do relatório “Para abrir as Ciências Sociais”, traduzido para mais de 20 línguas e organizado pela “Comissão Gulbenkian para a Restauração das Ciências Sociais”, presidida por Immanuel Wallerstein.

A proposta interpretativa de Wallerstein, para a compreensão das mudanças que vinham afetando diretamente as Ciências Sociais na contemporaneidade, era a de compreendê-las no tempo da *long durée* (Cf.: BRAUDEL, 1972, p. 7-70) tanto quanto nos limites do sistema mundial moderno (WALLERSTEIN, 1979, p. 7-18 e 489-502) que, por sua vez, engendra a construção de suas próprias estruturas de conhecimento.

O problema inicial, percebido por Wallerstein (in: SANTOS, 2004, p. 123), era o de que as Ciências Sociais teriam se tornado fechadas, ou melhor, teriam se fechado a si mesmas, à compreensão mais abrangente da realidade social. Uma das razões identificadas pelo autor para tamanha incapacidade compreensiva é assaz contraditória, uma vez que os próprios métodos desenvolvidos para este esforço analítico hoje obstaculizam essa mesma compreensão.

Compreendendo este processo de desenvolvimento científico, no que concerne sobretudo à metodologia da investigação científica, como um processo histórico, tem ele se desenvolvido com uma dada coerência desde, pelo menos, os últimos 200 anos. Com isso, as Ciências Sociais, como construção histórica, têm sua institucionalização datada do período que se estende de 1850 até 1945; dotada, portanto de um caráter recente.

A sistematização disciplinar decorrente da Revolução Científica do século XIX aliava, para as recém-nascidas Ciências Sociais, uma lógica subjacente que se assentava em caracteres epistemológicos bem definidos e em metodologias práticas que espelhavam os resultados das Ciências Formais e da Natureza. Tais contornos foram mantidos pelo menos até 1945, quando para o mundo subsequente à Segunda Guerra Mundial a mesma lógica passava a ser vista como constrangedora e o alcance de uma nova etapa do capitalismo histórico, portanto de uma nova configuração do sistema mundial moderno, exigiu dirimir distinções entre as disciplinas que organizavam o conhecimento e o fazer científico.

É com base nesse paradigmático século XIX que Wallerstein afirmou uma história das Ciências Sociais tendo se desenvolvido na forma de um “U”, cuja primeira extremidade superior refere-se ao seu período inicial, entre os anos de 1750 e 1850, de situação bastante confusa em que habitavam uma gama diversa de conteúdos temáticos organizados num rol de proto-disciplinas comumente referidas por nomes gigantescos. A parte inferior refere-se exatamente ao período que se estende de 1850 até 1945, quando um pequeno grupo-padrão de disciplinas passaram a se distinguir mais claramente entre si e fazendo destacar, dentre elas, as 6 disciplinas que seriam aceitas, na chave das Ciências Sociais, no mundo acadêmico: História, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Geografia Humana e Ciências Econômicas. Já a partir de 1945, período que se inscreve na extremidade superior última deste “U”, teríamos uma notável expansão do número de designações legítimas das áreas do conhecimento que, de acordo com Wallerstein, continuam e continuarão crescendo. Com o processo, as distinções entre as disciplinas foram sendo erodidas enquanto seus conteúdos e objetos de interesse acabaram sobrepostos de forma tal que, na moldura ainda das teorias do conhecimento nascidas no período imediatamente anterior, ao invés de reunificarem-se saberes, impôs-se uma notável confusão entre campos diversos e fazeres distintos. Ou seja, arriscava-se – ao tempo do relatório elaborado por Wallerstein – regressar ao período 1750-1850, dado o grande número de categorias que não ofereciam, apesar de sua quantidade e diversidade, nenhuma taxonomia útil (WALLERSTEIN in: SANTOS, 2004, p. 123-129).

A perturbação iria além das Ciências Sociais: ela afetou a totalidade do mundo do conhecimento.



As duas culturas

Mas para informar a crise de paradigmas nas ciências e que constituiriam as pré-condições fundamentais para o desenvolvimento de esforços interdisciplinares, é preciso também recompor, nos últimos 200 anos, o antagonismo, nas estruturas de organização do conhecimento, entre as “duas culturas”, a saber, entre filosofia e ciência. Tratando-se de uma construção social relativamente recente, portanto, desde meados do século XVIII agudiza-se o processo de secularização da sociedade, traço característico e constante do sistema mundo moderno, num processo que teria sido realizado em dois momentos.

O primeiro é o de rejeição da teologia como modo de conhecimento dominante, substituído pela filosofia, impondo-se, com isso, a *ratio* e o *logos* à *gnose*, consecutivamente, a cosmologia à cosmogonia. Como fonte primal de conhecimento, a autoridade divina, representada no plano terreno pelo poder eclesiástico, sucumbia frente à ciência, o que fez deslocar também a sede das autoridades que poderiam proclamar a validade dos saberes: dos párocos, por supor-se terem acesso à “palavra de Deus”, aos “homens racionais”, cuja perspicácia especial consistiria em poder explicar as “leis naturais” sem precisar recorrer a entidades sobrenaturais. Num segundo momento a filosofia, que se distinguiu gravemente da teologia, foi paulatinamente diferenciada da ciência, o que produziu o entendimento acerca de uma filosofia variante da teologia e incumbida da mera dedução especulativa, contrastada pela ciência debruçada sobre a realidade empírica e que, já desde o século XVIII, passou a rejeitar a filosofia.

A prevalência da ciência frente a outras formas de conhecimento, na passagem do século XVIII para o XIX, diz respeito aos próprios processos rupturais de transformação política e econômica por que passavam as sociedades europeias para as quais, as ciências, significavam a democratização do conhecimento. Somados a utilização criteriosa do método, os procedimentos de validação do conhecimento, as possibilidades de replicação das observações empíricas e a manipulação dos dados, traduziam-se, para segmentos de sociedade estupefatos com os adventos do progresso técnico, em invenções práticas e que subvertiam não apenas o *modus*



vivendi, mas as próprias concepções do mundo como um novíssimo reino de possibilidades.

É deste processo que se tem a posição dominante da ciência na hierarquia da produção do conhecimento, no divórcio entre filosofia e ciência empírica em que se separaram os domínios da busca pelo bem/belo (os cânones), delegados não apenas à filosofia, mas também às humanidades, enquanto a procura pela “verdade” resultou monopolizada pela ciência, no seio das correntes positivistas que atravessaram o século XIX e penetraram o século XX desvelando o problema de as verdades concorrerem constantemente entre si, do que resultou uma especialização crescente do conhecimento científico e a sua ramificação em subconjuntos e subespecialidades, cada qual outorgando-se os únicos capazes de validar as verdades e derivando verdades conflitantes e mundos diversos para um único mundo verdadeiramente existente, em termos fenomenológicos.

Considerando-se os objetos de estudo da realidade social, a separação entre as “duas culturas” comprometeu de forma crescente as capacidades de avaliação, crítica e aperfeiçoamento das ciências sociais, a ponto de no último terço do século XX, com as profundas transformações havidas no bojo da intensificação dos processos de globalização, os problemas aqui descritos terem se intensificado, impondo como tarefa intelectual central o ataque à divisão tripartite do conhecimento entre Ciências Naturais, Humanidades e Ciências Sociais, reservando-se as Ciências Formais, ditas “Exatas”, comumente dos esforços de composição entre os estudos da complexidade, de que foram incumbidas as Ciências Naturais, e os estudos culturais, domínio das Humanidades.

O modo dominante como foram concebidas as Ciências Naturais desde o século XVII, com base na mecânica newtoniana, com o advento da física quântica, no início do século XX, puseram em questionamento severo a premissa fundamental de que a natureza seria de todo passiva e que os cientistas, com isso, poderiam descrever seu funcionamento identificando suas “leis eternas”, afirmadas como equações simples, paradigma dominante no século XIX e que impregnou já desde suas primeiras sistematizações as recém-fundadas Ciências Humanas e Sociais.

A negação da simplicidade como produto final da ciência e a reintegração das duas culturas



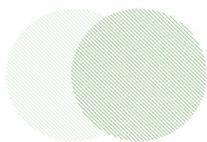
Já no final do século XX, produz-se, com o choque destes paradigmas: a negação da simplicidade como produto final da ciência e a tarefa, em razão da falência explicativa dos repertórios convencionais, de explicar a complexidade para além dos estudos da complexidade, somando seus esforços àqueles engendrados pelos estudos culturais. Às Ciências Sociais e às Humanidades coube então o ataque ao universalismo e, com isso, à perspectiva partilhada pelos extratos dominantes do sistema mundo moderno: a generalização das realidades como realidades humanas universais, procedimento que ocultava de fenômenos sociais complexos os segmentos subalternos e levou inteiras da humanidade alijadas do progresso técnico, na epistemologia da investigação científica.

O sistema mundo moderno, desde o final do século XX, é com isso o *locus* do ataque ao modo tradicional dos estudos humanísticos, impondo-se a análise dos contextos sociais às perspectivas generalistas até então vigentes.

Wallerstein (in: SANTOS, 2004, p. 123-129), para explicar o conflito e, a partir dele, a condição das Ciências Sociais, valeu-se da alegoria de uma pessoa amarrada a dois cavalos galopando em direções opostas. Ou seja, no conflito das “duas culturas”, como conflito de métodos, enquanto as Humanidades se inclinavam a uma epistemologia ideográfica que buscava a particularidade dos fenômenos sociais, limitando as generalizações e buscando compreender seus fenômenos de forma empática; as Ciências Naturais reafirmavam uma epistemologia nomotética, elaborando paralelismos entre processos materiais e processos humanos.

Do esfacelamento resultante, teríamos hoje a compreensão vigente de que sistemas sociais humanos seriam os mais complexos de todos os sistemas, o que leva a uma cientificação social de absolutamente todo o conhecimento e a constituição de um campo de investigação composto pela multiplicidade dos padrões humanos de comportamento e, derradeiramente, na reintegração das “duas culturas”, concebendo-se que a divisão tripartite do conhecimento organizado é dos mais severos obstáculos à compreensão da complexidade do mundo.

Não que a constatação seja unânime, em função do conservadorismo das autoridades institucionais que se valem dos empoderamentos mantidos pela distribuição desigual dos recursos, de



capacidade de mando neste sistema e que tendem à defesa de suas estruturas formais de conhecimento.

Logo, a consecução dos saberes interdisciplinares é ao mesmo tempo uma exigência social, política e econômica, tanto quanto um perigo aos poderes institucionalmente estabelecidos ao proporem a análise do mundo em função das finalidades sociais frente à incapacidade de as disciplinas sozinhas, resultantes desta divisão tripartite, enfrentarem problemáticas cada vez mais complexas.

É desta percepção que desponta uma “terceira cultura”, de acordo com Rey B. Fazenda Lenoir (2011), a do “saber ser” e que capta o sentido da experiência somando-se ao “saber saber” e ao “saber fazer”.

Para a investigação científica socialmente referenciada, a expansão da pesquisa científica por meio da interdisciplinaridade é, antes de tudo, uma necessidade.

Como paradigma do conhecimento, a interdisciplinaridade, como caracterizada ainda por Hilton Japiassú (1996), tem o escopo de recompor a unidade ou universalidade do fenômeno científico a partir da premissa de que a intensidade da troca interdisciplinar e a intensificação da relação entre as áreas projetam e fecundam a possibilidade de investigação científica e da produção do conhecimento. O mesmo autor destaca que a amplitude de disciplinas e áreas envolvidas no processo de produção do conhecimento alarga a base de saberes e informações quando equilibra, num processo investigativo, a generalização (amplitude das áreas), a profundidade (especialidade) e o poder de síntese do pensamento científico.

Podemos dizer que nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que toma de empréstimo a outras disciplinas, certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados. Donde podemos dizer que, o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo



segundo modos particulares e com resultados específicos (JAPIASSÚ, 1996, p. 75).

Na interdisciplinaridade, os conhecimentos se alargam com a reconexão de áreas de saber, que se apresentam de forma ampliada, permitindo a edificação e uma base genérica de conhecimentos. A presença de diferentes disciplinas em suas especialidades assegura o requisito de um conhecimento sólido e de informações específicas em terrenos determinados; e a síntese assegura a produção integradora, o entendimento amplo, articulado e sistêmico dos fenômenos investigados.

Para Japiassú (1996, p. 75), a interdisciplinaridade resulta, como paradigma do conhecimento complexo, da integração real das disciplinas no interior da pesquisa e da intensa troca entre especialistas.

É nesta perspectiva que propomos a análise e a compreensão dos fenômenos do mundo contemporâneo, de intensificada mundialização do capital e radicalização das complexidades na estratificação social imposta pela divisão social do trabalho, inscrevendo múltiplos objetos constituídos pela inter-relação de fenômenos diversos e que demandam da pesquisa acadêmica abordagens que envolvam distintas disciplinas e em processos que impliquem na constante interpenetração e fecundação de saberes.

Referências

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1972.

Documento de Área: Interdisciplinar. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Avaliação, Ministério da Educação, Brasília, 2016.

Documento de Área: Interdisciplinar. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Avaliação, Ministério da Educação, Brasília, 2019.

JAPIASSU, Hilton. **A Crise da Razão e do Saber Objetivo:** as ondas do irracional. São Paulo: Letras & Letras, 1996.



LENOIR, Rey B. Fazenda. **Les fondements de l'interdisciplinarité dans la formation à l'enseignement.** Canadá: Éditions du CRP/Unesco, 2011.

MORIN, Edgard. **Educação e complexidade:** os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2002.

Portal do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); <http://reuni.mec.gov.br/expansao>.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial.** México: Siglo Veinteuno, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. As estruturas do conhecimento ou quantas formas temos nós de conhecer?. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente:** um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

